

A participação social na preservação da antiga Escola Militar em Rio Pardo / Rio Grande do Sul e a transformação em um Centro Regional de Cultura

Juliana Cavalheiro Rodrighiero

Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural – Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Doutoranda em Antropologia – Université de Bourgogne Franche-Comté (COMUE UBFC), Besançon, Bourgogne Franche-Comté, França

 <https://orcid.org/0000-0001-9832-8837>

E-mail: juliana.rodrighiero@gmail.com

Resumo: Este artigo aborda o processo de restauração da antiga Escola Militar de Rio Pardo/RS e, a participação de um grupo intitulado por “União dos Ex-alunos e Amigos da Auxiliadora” (UNEMA), que colaborou para a viabilização das intervenções. A escola ocupou — entre os anos de 1890 a 1911, o prédio que havia sido construído para sediar a Casa de Caridade. Durante este período, a escola foi responsável pela formação de diversos estudantes, dentre eles Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra, ambos ex-presidentes do Brasil. Após diversos usos, em 1965, o prédio foi parcialmente desocupado devido ao péssimo estado de conservação e, em 1991 a UNEAMA foi criada com a finalidade de se mobilizar para viabilizar a restauração do prédio, que ocorreu por meio da Lei de Incentivo à Cultura Estadual (LIC) entre os anos de 2002 e 2005 transformando o espaço em um Centro Regional de Cultura.

Palavras-chave: Patrimônio Militar; Antiga Escola Militar; Participação social; Centro Regional de Cultura; Rio Pardo.

Social participation in the preservation of the old Military School in Rio Pardo/RS and the transformation into a Regional Center of Culture

Abstract: This article discusses the process of restoration of the Old Military School of Rio Pardo/RS and the participation of a group called “Union of Former Students and Friends of helpers” (UNEMA), which collaborated to make the interventions viable. The school occupied — between 1890 and 1911, the building that had been built to house of charity. During this period, the school was responsible for the training of several students, among them Getúlio Vargas and Eurico Gaspar Dutra, both former presidents of Brazil. After several uses, in 1965, the building was partially vacated due to the terrible state of conservation and, in 1991, UNEAMA was created with the purpose of mobilizing to make possible the restoration of the building, which took place through the Law of Incentive to State Culture (LIC), between 2002 and 2005 transforming the space into a Regional Center of Culture.

Keywords: Military Heritage; Former Military School; Regional Cultural Center; Social Participation; Rio Pardo.

Texto recebido em: 31/08/2022

Texto aprovado em: 17/11/2022

Introdução

O prédio cujo foi sede da antiga Escola Militar, representa um dos três bens tombados ao nível estadual da cidade de Rio Pardo¹ e está localizado na região dos pampas no estado do Rio Grande do Sul. A construção da edificação é datada no período entre 1848 à 1882 e, ao longo dos anos, o espaço teve diversas ocupações, mas a finalidade da sua construção era abrigar o Hospital de Caridade (DA LUZ; MENONI; SIQUEIRA, 2007). No entanto, o espaço não foi direcionado para este uso, mas abrigou sucessivamente, o Regimento de Infantaria, a Escola Militar e o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (DA LUZ; MENONI; SIQUEIRA, 2007).

Após a desocupação parcial do prédio e o seu péssimo estado de conservação, o espaço ficou prestes a ruir. A sua preservação e restauração partiu de um desejo da comunidade que se organizou por meio de uma união sem fins lucrativos, entre professores e ex-alunos, assumindo o nome de “União dos Ex-alunos Amigos do Auxiliadora” (UNEAMA). A UNEAMA foi responsável por auxiliar na viabilização do restauro do prédio juntamente com um apoio do estado e do comando militar:

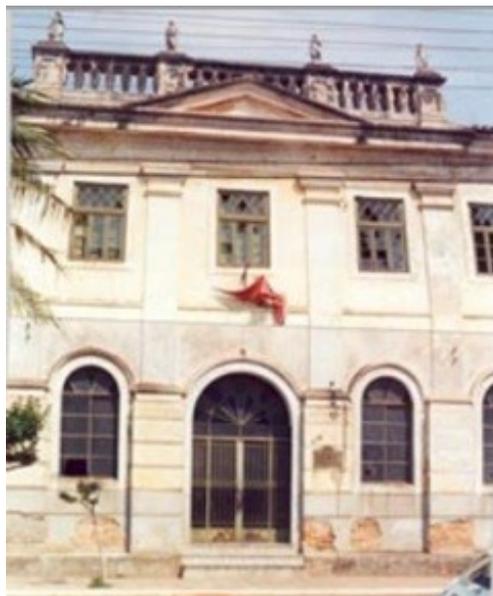
Iniciativas têm sido tomadas por parte da população, dos órgãos públicos e de setores privados, para recuperar alguns prédios e espaços urbanos de valor histórico, como é o caso do projeto de restauro, recém inaugurado, da antiga Escola Militar que, atualmente denomina-se Centro Regional de Cultura, tornando-se um local de referência na região e no estado. (...) O prédio da antiga Escola Militar na rua Andrade Neves, restaurado por ação da Prefeitura Municipal, em parceria com a iniciativa da sociedade civil organizada e com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Lei de Incentivo à Cultura (LIC) (COSTA, 2006, p.14, 164-165)

Atualmente o prédio foi transformado em um Centro Regional de Cultura e dentre as suas missões, constam a propagação e o diálogo sobre a diversidade cultural e a preservação e valorização da cultura e da história de Rio Pardo (PREFEITURA DE RIO PARDO, 2022). Além disso, o espaço possui salas multiusos que podem ser utilizadas pela comunidade em geral para o desenvolvimento de cursos, palestras ou encontros e em paralelo, possui o Memorial do Exército, uma exposição permanente sobre Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, a Biblioteca Municipal, o Conservatório de Música, e também a Sala do Museu Histórico Municipal Barão de Santo Ângelo (PREFEITURA DE RIO PARDO, 2022).

Considerando a relevância da antiga Escola Militar para a história de Rio Pardo, este artigo se concentra em abordar a busca pela preservação do prédio e, essencialmente discutir a participação da UNEAMA para a restauração do espaço e sua transformação em um Centro Regional de Cultura. Para construção deste trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas, pesquisa documental junto ao Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAÉ) e entrevistas com alguns atores-chaves que participaram das ações no Centro Regional de Cultura.

A Escola Militar e os diferentes usos

Construído em 1848 e finalizado em 1882, o prédio apresenta características arquitetônicas do estilo neoclássico (figura 01). De acordo com DA LUZ; MENONI; SIQUEIRA (2007), a planta do prédio foi elaborada pelo alemão Johann Martin Buff² em 1829, tornando-se uma das principais referenciais do logradouro na época, juntamente com a capela que estava sendo edificada (DA LUZ; MENONI; SIQUEIRA, 2007). Martin Buff também foi responsável pelo desenho da primeira planta da Vila de Rio Pardo no mesmo ano (PREFEITURA DE RIO PARDO, 2022).



Fonte: Arquivo IPHAÉ.

FIGURA 1

Fotografia da antiga Escola Militar de Rio Pardo antes do restauro, sem data

Conforme citado anteriormente, o prédio foi construído com a finalidade de sediar a Casa de Caridade, mas este fato nunca chegou a acontecer. O motivo pelo qual a casa de caridade não chegou a funcionar não é explícito, no entanto, DA LUZ; MENONI; SIQUEIRA (2007) descrevem que na época da finalização da obra, a Irmandade ficou sem recursos para ativar o lugar e proporcionar devida assistência aos internados. Com isso, a Irmandade optou por gratuitamente oferecer o prédio a União, que em um primeiro momento, instalou um Regimento de Infantaria onde a finalidade era apenas conservar e manter o prédio (DA LUZ; MENONI; SIQUEIRA, 2007).

Apesar disso, a relação do prédio com os militares já começou durante a fase de construção pois, o mesmo serviu de alojamento para militares que estavam de passagem por Rio Pardo rumo a Uruguaiana (DA LUZ; MENONI; SIQUEIRA, 2007). Por volta de 1890 a 1911, a edificação foi transfigurada para o uso de uma Escola Militar (IPHAE, s.d.) e cerca de quatro escolas militares funcionaram naquele prédio:

A Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo de 1885 a 1891; a Escola Prática de Infantaria e Cavalaria de Rio Pardo, de 1891 a 1898 (que sofreu interrupções causadas pela Revolução Federalista de 1893-1895); a Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo, de 1898-1903; e a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria de Rio Pardo, de 1905 a 1911 (DA LUZ; MENONI; SIQUEIRA, 2007, p. 48)

O cotidiano destas escolas, no final do século XXI e início do século XX, pautavam da relação da vida pessoal de jovens, que deixavam as suas residências e entravam em um outro mundo: o preparatório para a carreira militar (DA LUZ; MENONI; SIQUEIRA, 2007). Nesta escola, formaram-se nomes populares brasileiros como Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra, ambos militares, que são considerados como referências diante a política brasileira (IPHAE, s.d.), visto que são ex-presidentes do Brasil.

A filiação de Getúlio Vargas nesta referida escola parte da vontade do mesmo pois, desde a adolescência apresentava interesse em seguir na carreira militar e, aos 16 anos se alistou no Batalhão de São Borja e aos 18 anos foi aceito na Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo: “dois anos depois, contudo, foi desligado, por se ter solidarizado com colegas que haviam sido expulsos por um incidente disciplinar” (D’ÁRAÚJO, 2017, p. 13). Apesar de um período curto, o nome de Getúlio é associado à escola devido a imponência de seu nome.

Este prédio foi utilizado pelo Sétimo Batalhão de Caçador até 1928, mas, desde 1920 a cidade de Rio Pardo manifestou interesse na construção de um colégio educacional voltado aos princípios da Igreja Católica (DA LUZ; MENONI; SIQUEIRA, 2007). Como o prédio da antiga Escola Militar estava desocupado, a diretora Madre Maria de Lourdes manifestou interesse junto ao Conselho Administrativo, onde em 1930, a Sociedade de Educação e Caridade, que integravam as Irmãos do Puríssimo Coração juntamente com à Irmandade Nosso Senhor dos Passos, adquiriu o prédio (DA LUZ; MENONI; SIQUEIRA, 2007).

No mesmo ano, instalou-se o Instituto Nossa Senhora Auxiliadora — no antigo prédio da Escola Militar — sendo considerada como uma formação de jovens até o período de 1965 (IPHAE, s.d.). O Instituto oferecia um curso primário em modalidade de externato misto e internato feminino, mas, o lugar onde sediava o colégio estava em péssimas condições e havia a necessidade da mudança (DA LUZ; MENONI; SIQUEIRA, 2007). Em seguida da ocupação, a edificação passou por remodelações e adaptações para o uso educacional (DA LUZ; MENONI; SIQUEIRA, 2007).

A partir de 1939, a escola passou a admitir alunos por meio de matrícula gratuita e em 1942 passou a se chamar Escola Particular Nossa Senhora Auxiliadora, mas, em 1946 passou a instalar o curso ginásial transformando o seu nome novamente para Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora (DA LUZ; MENONI; SIQUEIRA, 2007). Já em 1960, foi iniciada uma nova construção para sediar a escola, mas, nos fundos do terreno da antiga Escola Militar — que já sofria problemas estruturais, mas não se haviam recursos para uma restauração (DA LUZ; MENONI; SIQUEIRA, 2007).

O novo prédio ficou pronto em 1965 e, no mesmo ano o Instituto transferiu a Auxiliadora para o ambiente, sendo a antiga Escola utilizada ainda como portaria e algumas atividades, como por exemplo, a de datilografia (DA LUZ; MENONI; SIQUEIRA, 2007). Desde 1965, o prédio ficou praticamente desocupado, o que acelerou a sua deterioração, sendo parcialmente interditado em 1976 devido à péssimas condições (IPHAE, s.d.).

A elevação à condição de Patrimônio Militar e as primeiras tratativas para a restauração

Embora a UNEAMA tenha sido um movimento essencial para viabilizar a restauração do prédio, o seu processo de preservação passou por vários percalços até se consolidar em uma ação efetiva em meados de 2002. Em 1973, a Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, responsável pela manutenção da “Escola Nossa senhora Auxiliadora” por meio de uma escritura pública doou para o Governo do Estado, a parte antiga do prédio para após uma intervenção de restauro, o lugar sediar um centro comunitário de atividades culturais (ACERVO IPHAE, 1979a).

No mesmo ano, o departamento de cultura elaborou um documento mencionando sobre a utilização do prédio como um Centro Cultural, o considerando como um espaço tradicional e majestoso que foi doado para fins culturais (ACERVO IPHAE, 1973). A doação foi efetivada em 1974, mediante a autorização do governador e registrado na fl.130, do livro 3-AR no Registro de Imóveis de Rio Pardo para fins culturais (ACERVO IPHAE, 1993a).

Em seguida em 1975, foi solicitado ao Secretário de Obras Públicas, imediatas providências por parte do governo em busca de restauração, com urgência, visto que o prédio se encontrava em situação precária oferecendo riscos (ACERVO IPHAE, 1993a). O documento também menciona de que é preciso salvaguardar o prédio, o considerando como um “precioso patrimônio da história militar do Rio Grande do Sul” e com isso, revertê-lo em benefício da coletividade cultural da comunidade e suas tradições (ACERVO IPHAE, 1993a).

Por meio da Lei Municipal nº 8, de 27 de abril de 1979, o prédio onde funcionou a antiga Escola Militar, juntamente com outros 24 bens, foi reconhecido com valor histórico, cultural e sobretudo, com expressiva tradição para a cidade de Rio Pardo. Apesar do levantamento das demandas e os possíveis orçamentos para viabilizar a restauração do prédio desde a sua doação, ações efetivas a curto prazo não foram desenvolvidas diante uma possível restauração.

O acesso ao piso superior (figura 02), por exemplo, havia sido interditado por técnicos devido à presença de cupins, o que resultou no prédio em um estágio avançado de decomposição “ameaçando, inclusive, a construção contígua, onde funcione a escola e reside a comunidade religiosa” (ACERVO IPHAE, 1979a). O ato de interdição foi determinado em 1976 após a vistoria do estado de conservação e a

verificação de utilização e equipamentos do prédio (ACERVO IPHAE, 1976). Com isso, foram interditadas a escadaria de acesso ao primeiro piso, bem como todo o andar superior pois, além do espaço precário, o espaço também estava condicionado ao risco eminente de incêndio (ACERVO IPHAE, 1976).



Fonte: ACERVO IPHAE (1980a.).

FIGURA 2

Fotografia da Escadaria da Antiga Escola Militar de Rio Pardo, sem data

Seis anos após a efetiva doação, em 1979 foi elaborado um documento, com o propósito de solicitar providências ao Governo do Estado em prol da preservação do prédio e denunciar o possível descaso (ACERVO IPHAE, 1979a). Neste, são citados que, caso o governo não se mobilizasse para solucionar tais questões, sobretudo o restauro, a Congregação estaria solicitando a devolução do imóvel, que lhe daria a utilização educacional assim como o comprometimento com a preservação do estilo arquitetônico (ACERVO IPHAE, 1979).

Os próximos encaminhamentos, se concentraram em discutir sobre a possível devolução do prédio. O ofício nº 242/79 reiterou sobre a necessidade de providências em busca do efetivo aproveitamento do prédio e orientou de que seria necessária uma cooperação mútua entre as secretarias de Educação e de Cultura (ACERVO IPHAE, 1979b). Posteriormente, no ofício nº 497/80 são citados que o prédio apresentava valor histórico e seria destinado a finalidades culturais, no entanto, a sua utilização como Centro de Cultura estaria condicionada a vultosas obras de restauração, solicitando, portanto, a revisão e atualização dos custos e recursos (ACERVO IPHAE, 1980b).

No entanto, considerando o alto valor condicionado ao restauro do prédio, o Secretário Regional de Obras Públicas por meio do Ofício nº 692/80, considerou realizar apenas algumas obras de caráter prioritário, por meio de uma “restauração parcial” (ACERVO IPHAE, 1980c). Assim, em um segundo momento, quando os recursos federais que haviam sido solicitados e prometidos pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)³ fossem direcionados, seria possível realizar um projeto de restauro mais abrangente (ACERVO IPHAE, 1980c).

Ainda em 1980, uma vistoria foi realizada com profissionais especializados em restauração, como o professor de arquitetura da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e da RITTER DOS REIS, assessor da Secretaria de Cultura e técnico da Companhia Rio-grandense de Turismo (CRTUR), que recomendaram as seguintes prioridades de manutenção: a renovação total do telhado, a renovação total do piso do 1º andar, a construção de uma nova escadaria com fundações próprias e a substituição total dos forros, em suma, recomendada toda a substituição de madeiras (ACERVO IPHAE, 1980c). Já para uma restauração completa, foram recomendadas pesquisas sobre o prédio, bem como a coleta de fotos e plantas originais e, a consideração do seu estilo original e a destinação a ser dada (ACERVO IPHAE, 1980c).

Em 10 de novembro de 1982, a Escola Nossa Senhora Auxiliadora encaminhou novamente um documento ao Secretário de Estado da Educação solicitando a devolução do prédio à Congregação, visto que o prédio havia sido doado, o Estado não havia desenvolvido melhorias e, se tinha a proposta de utilizar o prédio para fins educacionais (ACERVO IPHAE, 1982a). Em 1982, um documento assinado pelo arquiteto Luiz Carlos, em 1982 traz referências sobre a devolução do prédio da Escola e aponta algumas considerações, dentre elas, a recomendação de que o prédio seja devolvido a Congregação, que iria manter a escola, mas, com a designação de tombamento pelo Patrimônio Histórico, para que seja preservado e posteriormente restaurado (ACERVO IPHAE, 1982b):

A doação ao Estado constou apenas do prédio em si, não sendo o prédio que faz parte do imóvel; O prédio doado faz conjunto arquitetônico com prédios contíguos que são particulares e não estão sob a proteção do tombamento; O MEC, através da SPHAN, na sua atual polícia de preservação, se preocupa prioritariamente com conjuntos arquitetônicos e entornos urbanos que meramente com prédios isolados; Com um eventual tombamento do prédio haveria possibilidade de destinação de verbas de MEC para seu restauro; Iguamente, em tal situação, os arquitetos do Grupo de Trabalho

SCDT-SDO estariam à disposição para orientação quanto aos projetos necessários (ACERVO IPHAE, 1982b).

Por meio de tais menções, a folha de informação nº 183/83 de apoio técnico trouxe duas alternativas: na primeira alternativa, o Estado se recusa a devolver o prédio, mas se dispõe a realizar a intervenção de restauração e conservação e, na segunda alternativa, o estado devolve o prédio por não poder arcar com as despesas onde, a Consagração ganha mais espaço para a Escola Nossa Senhora Auxiliadora mas em contrapartida, o Estado perde um importante bem (ACERVO IPHAE, 1983a). Também são citados de que ainda que seja de competência do Estado preservar o patrimônio, por nove anos, o Estado não apresentou medidas efetivas para salvaguardar o bem e, conservar o que ainda estava em bom estado de conservação, sendo mencionado que caso o Estado opte por devolver o bem, se recomenda o tombamento de modo a evitar a descaracterização (ACERVO IPHAE, 1983f).

Apesar dos impasses, a partir de 1983 a preservação da antiga Escola Militar começou a apresentar novos direcionamentos. Desde 1983 quando Moacyr Domingues assumiu a Coordenadoria dos Assuntos Relativos ao Patrimônio Histórico-Cultural do Estado, iniciaram-se novas tratativas junto ao Exército e o SPHAN, mas, ao longo do tempo, isso não reverberou de maneira efetiva (ACERVO IPHAE, 1983a). Moacyr buscou uma articulação entre a Prefeitura de Rio Pardo, o Estado e o SPHAN onde orçamentos foram encaminhados a Secretaria do Estado, no entanto, também sem sucesso (ACERVO IPHAE, 1993a).

Um documento elaborado pelo diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Cultural, em 1983, solicitou a permissão para inscrever no Livro Tombo o prédio e também, declara não estar de acordo com o parecer do arquiteto Luiz Carlos, citado anteriormente, sobre a devolução do prédio, por meio dos seguintes argumentos: a demonstração da incapacidade do Estado em administrar seus bens, a possibilidade da instalação de um Centro Cultural e, por fim, a certeza de que ainda que o prédio seja devolvido, os recursos para a conservação e restauração partiriam dos cofres do Estado, visto que o bem viria a ser tombado (ACERVO IPHAE, 1983b).

Este documento também descreve algumas razões pelo qual o prédio deveria ser preservado: a razão histórica — além de ser o prédio tradicional da Escola Militar, o ex-presidente Castello Branco o visitou durante o seu mandato; o destino do prédio — o preenchimento de uma lacuna na história, por meio da realização de eventos culturais na comunidade; circunstância de ordem técnica — o tombamento

proporcionaria recursos junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) para a restauração (ACERVO IPHAE, 1983b).

Como consequência, a Portaria nº 06/83, seguindo uma recomendação do Diretor do Departamento de Cultura, recomendou o tombamento do prédio da antiga Escola Militar do Rio Pardo, que era propriedade do Estado, bem como determinou a transcrição no Livro Tombo Histórico a fim de que este possa integrar-se ao Patrimônio Cultural do Estado (ACERVO IPHAE, 1983c). Apesar disso, o tombamento não chegou a acontecer nesta época. No mesmo ano, o subsecretário de Cultura, por meio do Ofício nº 747 de 1983, enfatiza o descaso do Estado diante à preservação do prédio enquanto esteve sob sua posse, mas, relata que o prédio abrigou a antiga Escola Militar do Rio Grande do Sul e, a sua preservação denota um marco da cultura e por isso, julga conveniente em manter o prédio sob posse do estado, mas com vieses de preservação (ACERVO IPHAE, 1983c).

Com isso, no ofício, é sugerido que tais pautas sejam encaminhadas também para o Comandante do 3º Exército, sendo ele o General Henrique Beckmann, a fim de proporcionar uma possível participação do Exército Nacional na recuperação e restauração do prédio (ACERVO IPHAE, 1983c). Outro ofício, elaborado em 28 de agosto de 1983, considerando os processos anteriormente e juntamente com o pronunciamento do governador para tomar providências, sugere o encaminhamento do processo para a Direção do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul para ficar ciente da situação e, tomar providências, caso necessário (ACERVO IPHAE, 1983d).

Em outubro de 21 de outubro de 1983, o Ofício nº 8/83, elaborado por Moacyr Domingues, o Diretor do Arquivo Histórico e responsável pela Coordenadoria dos Assuntos Relativos ao Patrimônio Histórico e Cultural do Estado para o Subsecretário de Cultura, trouxe novos desdobramentos diante a situação do prédio da antiga Escola Militar (ACERVO IPHAE, 1983e). Além dos citados anteriormente, o ofício descreve que o responsável viajou a Rio Pardo e participou de uma reunião junto ao vice-prefeito em exercício, aos secretários de turismo, de obras e de educação e cultural, nos quais se demonstrou o posicionamento em instalar no prédio um Centro Cultural.

O ofício ainda menciona uma audiência feita com o General do Exército, nos quais também manifestou interesse em interceder junto ao exército com a finalidade de obter recursos, solicitando, portanto, um pedido formal que

descrevesse uma estimativa de valor e a importância que se deseja pleitear do Ministério do Exército (ACERVO IPHAE, 1983e).

Em 1984, o ofício nº 13/93, elaborado novamente pelo responsável pela Coordenadoria dos Assuntos Relativos ao Patrimônio Histórico-Cultural do Estado e encaminhado ao subsecretário da cultura, trata do projeto de recuperação do prédio da Escola Militar do Rio Pardo: o ofício insiste na solicitação de um acordo para com o Ministério do Exército a fim de coletar fontes de recursos, considerando que a Prefeitura já tem um projeto de instalação de instituições culturais de modo a devolver a comunidade um prédio restaurado (ACERVO IPHAE, 1983e).

Em seguida, novas buscas por soluções foram desenvolvidas de modo a coletar recursos, mas, o Ofício nº 115 de 1984, demonstra a dificuldade por parte do estado em conservar o prédio (ACERVO IPHAE, 1984). Já o relatório nº 4 de 1985 da Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, (CPHAE), assinado pelo arquiteto Eduardo Martinez, cita que em uma reunião junto ao Secretário de Obras Municipal, foram externados a potencialidade da Prefeitura em executar tais intervenções de restauro, o que reverberou na acolhida por parte do Secretário em relação à mão-de-obra (ACERVO IPHAE, 1985a).

Em 17 de maio de 1985, o relatório nº 05/85 do CPHAE, assinado pelo mesmo arquiteto, são citados que: ações formais deveriam ser firmadas entre a Prefeitura e o Estado, assim como deveriam ser utilizados os orçamentos já elaborados anteriormente e, por fim, caso não houvesse um levantamento cadastral completo do prédio, foi sugerido que devesse procurar auxílio junto às Universidades para viabilizar a etapa do inventário (ACERVO IPHAE, 1985b).

Assim, o coordenador do CPHAE, no mesmo dia, elaborou o Ofício nº 065 de 1985, direcionado ao prefeito, declarando seus esforços em prol da recuperação, ainda que parcial, da antiga Escola Militar de Rio Pardo (ACERVO IPHAE, 1985c). No Ofício, foi relatado que na gestão do General Leônidas Pires Gonçalves, em 24 de outubro de 1984, que “não havia condições legais de carrear recursos para o fim proposto, considerando não ser aquela edificação um próprio nacional do Exército” (ACERVO IPHAE, 1985c).

O coordenador do CPHAE também descreve que a reivindicação de recursos para a restauração da cobertura da escola não havia sido acatada pela subsecretaria de Cultura do MEC e, com a mudança de autoridades, provavelmente não seria acatada novamente (ACERVO IPHAE, 1985c). Como sugestão, foi citada a

necessidade de um levantamento técnico para a identificação dos danos bem como uma estimativa aproximada de custos (ACERVO IPHAE, 1985c).

Em seguida, novos direcionamentos impulsionaram o tombamento do prédio. Um parecer n° 751 emitido em 1986, versa sobre diversas solicitações de tombamento, aborda que os requerentes são elementos de alto valor histórico, estético e também cultural para a comunidade do Estado, o que justificaria a preservação e, dentre estes, consta a antiga Escola Militar (ACERVO IPHAE, 1986). Assim, o tombamento ao nível estadual, ocorreu em 1986 por meio da Portaria n° 12/86 publicado em Diário Oficial da União em 7 de março de 1986:

PORTARIA N° 12/86: O SUBSECRETÁRIO DE CULTURA, da Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Boletim n° 95/86, publicado no Diário Oficial do Estado, de 07 de março de 1986 (...) RESOLVE: Reconhecer como de interesse público, nos termos do artigo 1° da Lei Estadual n° 7231, de 18 de dezembro de 1978, combinado com o Decreto-Lei Federal n° 25, de 30 de novembro de 1937 e com o Parecer n° 751, de 10 de setembro de 1986, da Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico do Conselho Estadual de Cultura, por seu *valor histórico, o prédio do antigo Colégio Militar de Rio Pardo*, de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul, situada na Rua Andrade Neves, n° 679, na cidade de Rio Pardo. Publique-se no Diário Oficial do Estado, ratifique-se e registre-se no Livro Tombo da Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico desta Subsecretaria, notifique-se ao Tesouro do Estado, Diretoria de Patrimônio e promova-se a averbação no Registro de Imóveis a que tocar. (DIÁRIO OFICIAL, 1987, grifo nosso)

Por meio do Ofício n° 105/91, o diretor Eduardo Martínez solicitou autorização à Secretaria de Estado, o estabelecimento de um convênio com a Prefeitura de Rio Pardo diante a proposta do Prefeito Paulo Begnis para realizar a restauração e efetivar a implantação de um Centro Municipal, no entanto, o termo de cooperação não foi realizado (IPHAE, s.d.). Isso por que, a Secretaria da Cultura não havia recursos para proporcionar o orçamento solicitado e encaminhou a demanda para o Conselho Regional do Desenvolvimento da Secretaria do Estado (ACERVO IPHAE, 1993b).

O maior impasse para a realização da restauração do prédio estava pautado na ausência de recursos financeiros. Com tantas dificuldades em prol da obtenção de recursos, novos desdobramentos mais efetivos começaram a ser desenvolvidos, sobretudo a partir de 1991. Isso por que, nesta data, foi criada a UNEAMA, que se tornou uma organização sem fins lucrativos responsável pela mobilização,

sobretudo, por meio de ações efetivas em busca recursos para a viabilização de intervenções de restauração para salvar o prédio.

A mobilização de um grupo: a UNEAMA

O início da mobilização para salvar a edificação da antiga Escola Militar aconteceu em 1990, quando a professora aposentada Adir Fanfa Onófrio, que morava em frente à escola, começou a unir esforços para fazer algo em prol da preservação do prédio (CESAR; LOSEKANN, 2007). O primeiro encontro com o grupo, que tinha interesse na preservação do prédio, aconteceu em 1991, mas, haviam poucas pessoas, cerca de dez, no entanto, isso não foi motivo para desânimo pois, os membros presentes resolveram abraçar a causa e formar uma associação (CESAR; LOSEKANN, 2007).

A partir desse momento, a UNEAMA passou a ter um papel fundamental para viabilizar o restauro do prédio: havia-se vontade, levantamentos e uma proposta de uso, mas contrapartida, não haviam recursos de nenhuma das partes para que pudessem viabilizar tais intervenções. “A UNEAMA acompanhou sempre o desenvolvimento dos trabalhos, até o final, até a entrega e depois administra o uso. Mas a participação da UNEAMA como entidade da comunidade é importantíssima, fundamental” (DA LUZ, 2021, informação verbal).

Com o objetivo de reabilitar, restaurar e visando o aproveitamento do edifício como Centro Cultural, criou-se, oficialmente em 1991, a União dos Ex-alunos Amigos da Auxiliadora (UNEAMA) cujo principal objetivo era a restauração do prédio e a implantação de uma Casa de Cultura, no qual foi uma das condições propostas quando a Sociedade de Caridade doou o local para o Estado (CESAR; LOSEKANN, 2007):

A formação do primeiro Conselho da Uneama foi composta por José Ernesto Wunderlich, Vera Schultze, Raimundo Panatiere, Irmã Corina, Clóvis Leal, Sérgio Silveira, Fabiano Schultze e Valderes Borsa. Era apenas o início de uma época que marcaria para sempre a vida de todos eles (CESAR; LOSEKANN, 2007, p. 67).

A criação da UNEAMA em si, estava pautada na preservação do prédio que, embora sua maior referência seja de uso Militar, a mobilização foi feita em maioria por ex-alunos do antigo Colégio Auxiliadora:

A motivação inicial da maioria, entendo ter sido bem focada no aspecto ‘do salvamento do prédio degradado’, aliado à sua história/memória recente, ou seja, ao COLÉGIO AUXILIADORA ou o Colégio das Irmãs como é lembrado na cidade. A própria denominação do grupo de UNEAMA (União de Ex Alunos e Amigos do Auxiliadora), reflete esta intenção (SCHULTZE, 2021).

Schultze (2021), por outro lado, descreve que a sua relação está mais pautada com o edifício da Escola Militar do que propriamente com a sua história: “Sua significação para mim é muito mais uma referência urbana, bem como um exemplar arquitetônico que reúne a identidade da cidade. É como se fosse uma síntese da cidade” (SCHULTZE, 2021).

Um ofício elaborado pela presidente da UNEAMA, sra. Adir Fanfa Onófrío dirigido a sra. Mila Cauduro em 1991, demonstra o interesse da União em participar da restauração do prédio e solicita uma autorização para utilizar uma sala (ACERVO IPHAE, 1993b). Com isso, as primeiras reuniões foram feitas no próprio prédio da antiga Escola, após a prefeitura realizar uma limpeza no andar térreo, pois o segundo andar ainda estava interditado (CESAR; LOSEKANN, 2007). Um aspecto relevante a ser citado, é sobre a junção dos “Ex-alunos” e dos Amigos, para a consolidação do nome da UNEAMA:

A inserção da palavra ‘Amigos’, na denominação, deu-se por minha causa — pois além de ser contra a vinculação ao colégio, aleguei não ser ex-aluna. A única entre os fundadores, que não frequentou o Colégio Auxiliadora. Assim, baseando-me em meu exemplo, aleguei que isto poderia ser um limitador para o crescimento do grupo. Precisaríamos envolver toda a cidade e não apenas um grupinho de saudosos ginásianos da década de 40/50. Mas... fui voto vencido na nomenclatura e a sigla ganhou um ‘amigo!’ (SCHULTZE, 2021).

Com o tempo, novos membros passaram a se integrar à UNEAMA, ou por alguma relação com a escola, por ser ex-aluno ou, então, por apresentar alguma relação afetiva e memorial com o espaço, a fim de lutar pela preservação:

A composição profissional dos membros da UNEAMA é heterogênea. Como de início, congregou basicamente os ex-alunos, portanto a formação deu-se aleatoriamente. Eram professores (nível médio), bancários, contadores, advogados, comerciantes, consultores, donas de casa... Sendo a maioria, aposentados inativos. Da área técnica da engenharia/arquitetura eu era a única representante (embora tenha tentado trazer colegas para a entidade, porém sem sucesso) (SCHULTZE, 2021).

Alguns desses novos membros, também foram se unindo por meio das relações com os próprios ex-alunos da UNEAMA: “eles acabam repercutindo isso para seus pares, para famílias, para as escolas, (...) tiveram algum trabalho com escolas” (OLIVEIRA, 2021, informação verbal):

A antiga Escola, ela era muito mais vinculada aos ex-alunos da escola que eram pessoas que tinham estudado lá. (...) Depois no processo de restauração, ela passa a agregar mais pessoas e a coisa realmente toma um volume maior (OLIVEIRA, 2021, informação verbal).

No mês de novembro de 1991, a UNEAMA optou por abrir o prédio para a comunidade por meio de visitas públicas, com a utilização de livros de registros e, como resultado, o prédio teve uma maior visibilidade, sobretudo por meio da comunidade e de militares que verificaram a importância do local como um monumento (CESAR; LOSEKANN, 2007). Entre os anos seguintes, o grupo se estruturou em busca de parcerias e recursos junto a empresas privadas para a remodelação do prédio:

A UNEAMA foi a peça chave, para a recuperação do prédio. Foi a voz da comunidade, que dialogou firmemente com o governo do Estado do Rio Grande Do Sul – proprietário do bem. Este diálogo fundamental durou alguns anos, sendo assim, passamos por diversas formações de governos com diferentes ideologias e políticas culturais (SCHULTZE, 2021).

Nos anos iniciais, a atuação da UNEAMA pode ser observada por meio da idealização do projeto, isto é, a identificação dos objetivos e pretensões da União e quais seriam os meios para tornar as possibilidades em ações efetivas:

Num primeiro momento, de forma tímida e ‘paroquial’ - talvez não se tivesse a noção da grandeza do projeto do nosso sonho. Começamos por determinar o que queríamos com aquele prédio enorme, assim como esquecer de vez, o tempo de ginásio.... Então, juntamente com representantes do setor de educação da Prefeitura Municipal, elaborou-se um PROGRAMA, que deveria atender à função de um CENTRO CULTURAL o qual deveria preencher muitas lacunas da cidade, no sentido de equipamentos culturais. Mas até então se pensava pequeno. Tudo se resolveria dentro dos muros da cidade. Rifas, venda de camisetas, pedágios, jantares, contribuições de associados, seriam as fontes dos recursos necessários para a transformação do velho edifício. Esta ‘fórmula’ não funcionou. Finalmente percebeu-se a grandiosidade da causa (SCHULTZE, 2021).

No período de 1991 a 1994, a diretoria da União participou de inúmeras reuniões junto à Secretaria de Estado da Cultura para verificar as possibilidades de viabilizar recursos de orçamento por parte do Estado para a recuperação do prédio bem como a viabilidade da utilização da Lei Rouanet (CESAR; LOSEKANN, 2007):

A UNEAMA passou a ampliar o diálogo com o Governo Estadual (depois de tanto bater sem sucesso, nas 'portas da cultura'). Começou, portanto uma nova fase. Juntamente com o estabelecimento desse diálogo, deu-se expressivo crescimento da participação do governo do estado, no projeto. E a ideia de 'Colégio Auxiliadora' deu lugar à ideia de 'ANTIGA ESCOLA MILITAR'. Foi o começo da segunda fase... O qual coincidiu com a criação da LEI ESTADUAL DE INCENTIVO A CULTURA – LIC. Essa segunda fase abriu efetivamente o caminho para o projeto e obra de restauro da Antiga Escola Militar (SCHULTZE, 2021).

Ainda que o Estado demonstrasse interesse em transformar o espaço em um Centro Cultural, a barreira orçamentária e a falta de apoio, neste primeiro momento, foi um fator que retardou as ações. De acordo com Cesar e Losekann (2007) a maior barreira, era a ausência de um projeto efetivo e isso passou a ser uma das maiores prioridades da Secretaria: a elaboração do projeto teve a participação da UNEAMA e de certa forma, uma participação também da comunidade, quando o primeiro projeto foi elaborado.

A participação da UNEAMA foi protagonista em todo este processo. O Estado elaborou a seu pedido - o anteprojeto de restauro e requalificação, através da sua Secretaria de Estado das Obras Públicas. Nesta fase o Secretário de Estado da Cultura solicitou à comunidade, a ratificação do PROGRAMA FUNCIONAL. Assim, através de consulta Pública aberta, realizada em um clube social da cidade, com a presença do Secretário, foi definido o referido programa, apresentado ao público pela UNEAMA. Recordo ser esta, a única participação direta da comunidade na questão (SCHULTZE, 2021).

Em paralelo, algumas ações estavam sendo desenvolvidas : reuniões entre a UNEAMA e a comunidade de Rio Pardo para estabelecer o projeto; o arquiteto do IPHAE, Roberto Luiz Sawitzki frequentava o Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e conjuntos Históricos (CECRE) na Universidade Federal da Bahia e utilizou o prédio da antiga Escola como objeto de estudo; em abril do mesmo ano, a UNEAMA, a comunidade de Rio Pardo junto com o Secretário do Estado e a arquiteta do IPHAE, Juliana, apresentaram o projeto de aproveitamento da Casa de Cultura (CESAR; LOSEKANN, 2007).

No entanto, o primeiro projeto desenvolvido pela Secretaria de Obras, apresentava algumas inconsistências, o que levou, ao próprio IPHAE, sugerir algumas adaptações e, a utilização do projeto de Roberto Luiz Sawitzki que havia desenvolvido sua pesquisa junto ao CECRE sobre o restauro da antiga Escola Militar: “a gente foi revisar o projeto que tinha sido feito pela Secretaria de Obras do Estado e tinha vários problemas conceituais, de critérios de restauração” (OLIVEIRA, 2021, informação verbal):

Teve uma batalha junto com a Secretaria de Obras, (...) mas a gente conseguiu mudar isso. (...) Enviamos para o Conselho Estadual de Cultura, para alteração de projeto, utilizando então o projeto do Roberto. (...) Com isso, a gente conseguiu também convencer a associação que esse era o melhor projeto. Que esse era o projeto feito com os critérios, com consultores que faziam parte, com aqueles professores do curso, consultores inclusive da UNESCO que aprovaram esse projeto. Esse projeto foi aprovado lá no CECRE. (...) Então a gente tinha muito mais garantias, (...) de que aquilo ali era o mais correto a fazer (OLIVEIRA, 2021, informação verbal).

De acordo com Oliveira (2021), a alteração para um novo projeto, consistiu em um processo de convencimento, sobretudo diante a UNEAMA:

A gente teve que se envolver e muito. Por que a gente teve que convencer a associação de que aquele projeto era o melhor. (...) Convencer todos os associados. (...) Isso envolveu reunião com eles, reunião com a prefeitura, (...) os patrocinadores do projeto, da obra, (...) o próprio Conselho Estadual de Cultura, que a gente teve que defender a alteração de projeto, de um projeto para outro no conselho, e aí são várias entidades que estão representadas (OLIVEIRA, 2021, informação verbal).

Esse processo de convencimento que o IPHAE desenvolveu junto a UNEAMA, já denota a imponência que esse grupo tinha já desde o desenvolvimento do projeto de restauro.

A UNEAMA representou a comunidade. (...) Ela participou praticamente das discussões toda de uso do prédio e teve um fiscal técnico, mas normalmente além do fiscal técnico nós temos sempre a participação do órgão de proteção patrimonial do estado, ou o IPHAE ou o IPHAN, depende da origem dos recursos pelas leis de incentivo à cultura (DA LUZ, 2021, informação verbal).

Após a definição do projeto e as novas esperanças diante a restauração do prédio, no entanto, a UNEAMA desempenhou um papel fundamental por meio de

ações em busca da captação de recursos, que ao longo foi agregando outros setores interessados no projeto:

O restauro do prédio e criação do Centro Regional de Cultura, foi uma demanda da comunidade, representada pela UNEAMA. Embora a participação do estado tenha sido fundamental para este desfecho, afirmo seguramente, que tal tenha se dado graças a insistência incansável e pressão da UNEAMA. (...) Os recursos levantados foram oriundos exclusivamente e integralmente pela LIC- Lei de Incentivo à Cultura do RGS (SCHULTZE, 2021).

A viabilização do restauro se deu por meio da LIC, no período de 2002 a 2005 (figura 03), onde possibilitou que os impostos da Empresa Alberto Pasqualini - REFAP S/A fossem direcionados ao restauro da Antiga Escola.



Fonte: Arquivo IPHAE.

FIGURA 3

Fotografia da Antiga Escola Militar de Rio Pardo, sem data, depois do restauro

Além disso, o restauro também teve um apoio financeiro do Estado do Rio Grande do Sul e do Comando Militar, nos quais as tratativas pela mobilização dos recursos partiram da UNEAMA, que era uma representação ativa da comunidade de Rio Pardo:

Conforme o general Tibau, a iniciativa de restauro do prédio da antiga Escola Militar, que estava em estado de abandono, partiu da

comunidade, e o Comando Militar acabou por se engajar ao projeto, com o objetivo de trazer benefícios para a população na área cultural (GOVERNO DO ESTADO DO RS, 2005)

Todas as decisões técnicas sobre os procedimentos de intervenções foram definidas em comum acordo entre: a equipe de arquitetos do IPHAE, da UNEAMA e da Espaço Arquitetura e Restauro Ltda (DA LUZ, E., 2007): “Eles não tiveram (...) uma participação técnica. Na área técnica, todos nós que desenvolvemos, ajustando para o interesse da comunidade” (DA LUZ, 2021, informação verbal).

Depois da restauração, a UNEAMA considerou de que cumpriu o seu papel: “a UNEAMA foi incansável, eram pessoas já idosas, a maioria delas” (OLIVEIRA, 2021, informação verbal) e isso, foi um fator determinante para a dissolução do grupo. Por isso, a União se desestruturou e, desde então e a manutenção do espaço, que hoje é o Centro de Cultura Regional de Rio Pardo é por parte da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI):

Após o restauro, a UNEAMA deu lugar à OSCIP CENTRO REGIONAL DE CULTURA DE RIO PARDO. Muitos membros da entidade na ocasião entenderam que seria a hora de a UNEAMA sair de cena e dar espaço a outra formação com regimento próprio e proposta mais abrangente. Entendeu-se que esta seria uma forma de adequação à nova realidade de políticas públicas que estavam iniciando no país. E o terceiro setor se encaminhava para fazer frente às demandas das instituições culturais. (SCHULTZE, 2021)

Considerações finais

Conforme observado neste artigo, o prédio da antiga Escola Militar é considerado como um dos mais importantes Patrimônios do Estado do Rio Grande do Sul e está diretamente atrelado à memória da história gaúcha. Além disso, a transformação do espaço em um Centro de Cultura, resulta em um ambiente de valorização do patrimônio e de propagação da história por meio de atividades e ações educativas que ocorrem com certa periodicidade.

Por meio das análises apresentadas, foi possível observar que o interesse na preservação e na restauração deste bem cultural, foi a motivação para a organização da UNEAMA, onde a sensibilização da comunidade pela preservação da edificação, refletiu em ações para impulsionar a sua restauração. Ainda, foi possível verificar que embora o poder público tenha demonstrado interesse, a UNEAMA foi

um grupo de articulação fundamental para a consolidação do restauro e sobretudo pela manutenção do espaço no pós-restauro.

A participação atuante desta organização sem fins lucrativos, perpassa pela fiscalização das obras, acompanhamentos e essencialmente na coleta de recursos para viabilizar o restauro. A questão curiosa, é que o espaço passou por sucessivas mudanças de uso: construído para ser um Hospital de Caridade, se tornou uma Escola Militar e posteriormente uma Escola Auxiliadora, e embora carregar consigo o nome da “antiga Escola Militar” foram os alunos da “antiga Escola Auxiliadora” que se mobilizaram para o desenvolvimento do restauro. Isso reverbera pelo fato das memórias afetivas e, pela antiga Escola Auxiliadora ter sido o último uso do espaço que reflete na mobilização dos ex-alunos da escola.

O exemplo discutido neste artigo denota uma abordagem sobre a participação social na preservação do patrimônio no Rio Grande do Sul, tendo como ênfase o patrimônio militar. Os resultados obtidos são parciais e demandam um maior aprofundamento. Tais proposições apresentadas, serão desenvolvidos por meio da tese de doutorado, que tem como previsão de defesa o ano de 2023.

NOTAS

- . O território de Rio Pardo tem uma grande relevância para a formação do estado, pois existe uma relação desde a sua origem com o exército português (no período colonial) e com o exército brasileiro (nos períodos Imperial e Republicano): tanto pela importância estratégica na definição da fronteira do estado e posteriormente com o recebimento do aquartelamento do Regimento dos Dragões (DA LUZ; MENONI; SIQUEIRA, 2007).
- ². Nascido na Alemanha, chegou ao Brasil em 1824 quando foi contratado para integrar o 28º Batalhão de Caçadores alemães, nos quais ao longo da sua trajetória por Rio Pardo atuou como agrimensor e (DA LUZ; MENONI; SIQUEIRA, 2007). Nas Ordenações Filipinas, por meio do aviso nº 110 de 1851, os Oficiais engenheiros foram regulamentados as medições de terras e, tais funções ficaram sob responsabilidade dos agrimensores, pilotos, engenheiros e militares.
- ³. Hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), financiamento 001.

REFERÊNCIAS

Fontes

BRASIL. Senado Federal. *Código Filipino ou Ordenações e Leis do reino de Portugal. Fac-símile* da 14. ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona de Coimbra, de 1821. Brasília: Senado Federal, 2004.

DIÁRIO OFICIAL. Portaria 012/86. 1987.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (IPHAE)

- Ato de Interdição, elaborado em 1976. Documento fornecido via e-mail pelo IPHAE, no dia 16 de dezembro de 2020. 1976.
- Bem tombado: Antiga Escola Militar. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=15629> Acesso em: 15 abr. 2021.
- Documento elaborado Nossa Senhora Auxiliadora para a Secretário de Estado da Educação em 10 de novembro de 1982. Documento fornecido via e-mail pelo IPHAE, no dia 16 de dezembro de 2020. 1982a.
- Documento elaborado pela Escola de 1º e 2º Graus Nossa Senhora Auxiliadora encaminhado ao sr. Governador em 10 de outubro de 1979. Documento fornecido via e-mail pelo IPHAE, no dia 16 de dezembro de 2020. 1979a.
- Documento elaborado pela Superintendência do Desenvolvimento Regional e Administração Municipal, direcionado a Arq. Lea e assinado pelo arquiteto Luiz Carlos de F. Pitta Pinheiro em dezembro de 1982. 1982b. Documento fornecido via e-mail pelo IPHAE, no dia 16 de dezembro de 2020. 1982b.
- Documento elaborado pelo Departamento de Cultura em 1973. Documento fornecido via e-mail pelo IPHAE, no dia 16 de dezembro de 2020. 1973.
- Documento encaminhado para o Secretário Octávio Germano, elaborado em Rio Pardo em 25 de agosto de 1975. Documento fornecido via e-mail pelo IPHAE, no dia 16 de dezembro de 2020. 1975.
- Folha de Informação nº 183/83, apoio técnico, elaborado em 20 de julho de 1983. Documento fornecido via e-mail pelo IPHAE, no dia 16 de dezembro de 2020. 1983f.
- Folha de informação nº 312/83 elaborado em 28 de agosto de 1983". Documento fornecido via e-mail pelo IPHAE, no dia 16 de dezembro de 2020. 1983d.
- Informação nº3/83, documento elaborado pela Divisão do Patrimônio Histórico e Cultural, em 16 de janeiro de 1983. Documento fornecido via e-mail pelo IPHAE, no dia 16 de dezembro de 2020. 1983a.
- IPHAE/SEDAC, Nº 18/93 elaborado em 04 de fevereiro de 1993 pelo IPHAE. Documento fornecido via e-mail pelo IPHAE, no dia 16 de dezembro de 2020. 1993b.
- Ofício nº 065/85 - CPHAЕ de 17 de maio de 1985. Documento fornecido via e-mail pelo IPHAЕ, no dia 16 de dezembro de 2020. 1985c.
- Ofício nº 242/79, elaborado em 13 de novembro de 1979 pelo Secretário do Estado de Cultura a Secretaria de Estado da Educação. Documento fornecido via e-mail pelo IPHAЕ, no dia 16 de dezembro de 2020. 1979b.
- Ofício nº 497/80 elaborada em 31 de julho de 1980. Documento fornecido via e-mail pelo IPHAЕ, no dia 16 de dezembro de 2020. 1980b.
- Ofício nº 692/80, elaborado pela Secretaria de Obras Públicas em 25 de setembro de 1980. Documento fornecido via e-mail pelo IPHAЕ, no dia 16 de dezembro de 2020. 1980c.
- Ofício nº 747/83, elaborado em 22 de julho de 1983. Documento fornecido via e-mail pelo IPHAЕ, no dia 16 de dezembro de 2020. 1983c.
- Ofício nº 8/83, elaborado em 21 de outubro de 1983. Documento fornecido via e-mail pelo IPHAЕ, no dia 16 de dezembro de 2020. 1983e.

- Ofício nº 115/84 de 5 de novembro de 1984. Documento fornecido via e-mail pelo IPHAE, no dia 16 de dezembro de 2020. 1984.
- Parecer nº 751 de 1986. Documento fornecido via e-mail pelo IPHAE, no dia 16 de dezembro de 2020. 1986.
- Portaria nº 06/83, documento elaborado pelo Diretor do Departamento de Cultura indicando a transcrição no livro tomo e a recomendação do tombamento em 03 de fevereiro de 1983. Documento fornecido via e-mail pelo IPHAE, no dia 16 de dezembro de 2020. 1983b.
- Relatório nº 04/85 – CPHAE de 08 de maio de 1985. Documento fornecido via e-mail pelo IPHAE, no dia 16 de dezembro de 2020. 1985a.
- Relatório nº 05/85 – CPHAE de 17 de maio de 1985. Documento fornecido via e-mail pelo IPHAE, no dia 16 de dezembro de 2020. 1985b.
- Relatório sobre Vistoria no Prédio onde funcionou a Escola Militar de Rio Pardo, elaborado em 13 de outubro de 1980. Documento fornecido via e-mail pelo IPHAE, no dia 16 de dezembro de 2020. 1980a.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Antiga Escola Militar de Rio Pardo abrigará Memorial do Exército (reportagem elaborada em 25 de maio de 2005). 2005. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/antiga-escola-militar-de-rio-pardo-abrigaramemorial-do-exercito> Acesso em: 17 de fevereiro de 2021.

PREFEITURA DE RIO PARDO. Centro Regional de Cultura. Disponível em: <https://www.riopardo.rs.gov.br/portal/turismo/0/9/2022/centro-regional-de-cultura>. Acesso em: 25 ago. 2022.

Entrevistas

OLIVEIRA, Doris Saraiva de. *Arquiteta da Prefeitura de Porto Alegre que participou do desenvolvimento do Programa Monumenta em Porto Alegre e ex-diretora do IPHAE*. Entrevista concedida a Juliana Cavalheiro Rodrighiero. [De forma online via Plataforma WebConf UFPel, em 24 de março de 2021].

SCHULTZE, Vera. *Arquiteta e uma das primeiras integrantes da UNEAMA*. Entrevista concedida a Juliana Cavalheiro Rodrighiero. [De forma online, entrevista por escrito, em 29 de março de 2021].

Bibliografia

CESAR, Telmo Padilha; LOSEKANN, Silvana. Capítulo 2. In: DA LUZ, Maturino (coord.). *Antiga Escola Militar de Rio Pardo: história e arquitetura*. Porto Alegre: Defender, 2007, p. 63-86.

COSTA, Adriana Schwindt da. *Patrimônio histórico e cultural em territórios urbanos: um estudo acerca do conjunto edificado da área central da cidade de Rio Pardo (RS)*. Santa Cruz do Sul, 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Getúlio Vargas*. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2017.

DA LUZ, Edegar Bittencourt. Restauração - metodologia de trabalho; considerações conceituais; modificações ocorridas; situação existente – patologias; processo de restauro. In: DA LUZ, Maturino (coordenação). *Antiga Escola Militar de Rio Pardo: História e arquitetura*. Porto Alegre: Defender, 2007, p. 127-178.

DA LUZ, Edegar Bittencourt. Arquiteto que participou das intervenções de restauro na Antiga Escola Militar (Rio Pardo). Entrevista concedida a Juliana Cavalheiro Rodrighiero. [De forma online via Plataforma WebConf UFPel, em 22 de abril de 2021]

DA LUZ, Maturino; MENONI, João; SIQUEIRA, Katy de. Capítulo 1. In: DA LUZ, Maturino (coord.). *Antiga Escola Militar de Rio Pardo: história e arquitetura*. Porto Alegre: Defender, 2007, p. 17-62.

Juliana Cavalheiro Rodrighiero é Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), na modalidade de cotutela internacional de tese na área de Antropologia, junto a Université de Bourgogne Franche-Comté na *École Doctoral Sociétés, Espace, Pratiques, Temps*, na França. Mestre em Arquitetura e Urbanismo e Bacharela em Conservação-Restauração pela UFPEL. Técnica em Edificações pelo Instituto Federal Sul Riograndense. Bolsista CAPES durante o período de 2020-2022.

Como citar:

RODRIGHIERO, Juliana Cavalheiro. A participação social na preservação da antiga Escola Militar em Rio Pardo / Rio Grande do Sul e a transformação em um Centro Regional de Cultura. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 18, n. 2, p. 81-103, jul./dez. 2022. Disponível em: pem.assis.unesp.br.